

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ | Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria

Publicada Lei 15.141/25 que garante reajuste salarial para Servidores Federais



Foto: Letícia Alves/Sintsef-CE

NESTA EDIÇÃO | Reajuste dos servidores é sancionado e publicado no DOU, a mobilização nacional dos empregados da Ebserh pelo reconhecimento da insalubridade, os avanços e desafios das negociações na Conab, DNOCS, Funasa, Incra, Funai e Cultura, além das emendas propostas pela Condsef para corrigir distorções no reajuste dos servidores.

na base

Confira as últimas mobilizações nos órgãos e Ato Unificado de 1º de Maio
Pág 3 a 5

empresas públicas

Ebserh realiza ato nacional pela insalubridade. Conab aprova ACT com avanços
Pág 6 e 7

jurídico

Aposentados(as) podem revisar o cálculo do benefício. Entenda os critérios
Pág 7 e 8

e mais...

Memória e resistência marcam encontro de aposentados e pensionistas
Pág 8

ADICIONE NOSSO CONTATO

Receba diariamente o boletim "A Voz do Sintsef-CE".
Salve nosso contato e envie um Oi, com seu nome, cidade e órgão.

(85) 99179-1973



Reajuste aprovado! Agora, a luta é pela reestruturação das carreiras e o fim das distorções salariais

Tarifaço de Trump

Os anúncios de Trump sobre tarifas aduaneiras testemunham a crise do capitalismo mundial — em especial, de seu eixo central: o imperialismo dos Estados Unidos. O sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção está asfixiado e não encontra outra saída senão atacar os direitos e garantias dos trabalhadores e a soberania das nações.

Provoca a guerra na Ucrânia, o genocídio na Palestina e alimenta conflitos na África, Oriente Médio e Ásia — tudo para financiar suas forças armadas e manter o dólar como moeda de reserva mundial.

O imperialismo dominante concentra todas as contradições do sistema capitalista e agora decide jogar essa crise sobre o conjunto dos países, começando por China e Brasil.

Ao engajar uma guerra comercial planetária, reforça o caráter autoritário do poder interno nos Estados Unidos, declarando guerra aos migrantes e ao próprio povo. O imperialismo prepara a guerra.

O mercado mundial tornou-se estreito demais. Para continuar de pé, salvar seu sistema da falência e assegurar lucros colossais, os dirigentes do capital financeiro estão dispostos a mergulhar os povos na guerra, colocando em xe-

que a soberania arduamente conquistada pelas nações oprimidas.

Diante de uma crise aguda que abala sua hegemonia, os Estados Unidos ameaçam arrastar a humanidade rumo ao caos — tudo para manter suas forças armadas e o dólar como centro do sistema. Isso é o que o capitalismo baseado na propriedade privada tem a oferecer.

Pelo fim da escala 6x1

A mobilização pelo fim da escala 6x1 começa a ganhar força entre sindicatos e movimentos populares de todo o país. O lançamento, em 10 de abril, do plebiscito popular organizado pelas centrais sindicais, movimentos sociais e organizações políticas — através das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo — traz como um dos principais eixos a pergunta sobre o fim da escala 6x1.

Após a Executiva Nacional da CUT aprovar uma resolução de apoio à PEC de Érika Hilton e aos temas do plebiscito, a Central mudou o eixo da Marcha das Centrais Sindicais, realizada em 29 de abril deste ano.

A convocação da Marcha destacou três bandeiras: a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o fim da escala 6x1 e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil — além do aumento da

taxação sobre quem ganha mais de R\$ 50 mil.

Além desses eixos, é fundamental que a base dos sindicatos mantenha viva a pauta da revogação da Reforma Trabalhista, da Reforma da Previdência e da Lei das Terceirizações.

Reajuste publicado, desafios mantidos

Foi publicada a Lei nº 15.141/2025, garantindo reajuste salarial de 9% retroativo a janeiro de 2025 e mais 5% em abril de 2026 para servidores federais ativos, aposentados e pensionistas cujas categorias firmaram acordo com o governo. A lei é fruto de cerca de 50 acordos assinados entre o MGI e entidades representativas, resultado direto da mobilização sindical ao longo de 2024.

Além do reajuste linear, a norma prevê reajustes diferenciados para determinadas carreiras, a transformação de 29,7 mil cargos obsoletos em 28,4 mil novas vagas (sem impacto orçamentário) e o alongamento de 86% das carreiras para 20 níveis de progressão.

Apesar da aprovação, todas as 61 emendas protocoladas foram rejeitadas pela relatoria — entre elas, propostas de reestruturação de planos de carreira, regularização da VPNI do DNOCS, incorporação de gratificações, abertura de

novas mesas de negociação e correção de distorções salariais que seguem afetando servidores de diferentes órgãos.

Como se não bastasse, no dia 29 de maio, o presidente da Câmara instalou um Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa, em parceria com o MGI, coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), e sem representação das entidades de servidores. O GT terá 45 dias para apresentar uma proposta que, segundo o próprio relator, pode incluir temas sensíveis como a desvinculação do salário mínimo de benefícios sociais e das áreas de saúde e educação.

A Condsef/Fenadsef já manifestou repúdio ao prazo e ao conteúdo ventilado, alertando que sem escuta às entidades representativas, não há democracia. O Ministério da Gestão afirmou em nota que tais temas não foram acordados nas reuniões realizadas, e que a proposta do GT deveria se restringir à avaliação de desempenho e à modernização da administração pública.

Fato é: a mobilização garantiu conquistas importantes, mas os riscos seguem à espreita. A luta continua, e é ela que impedirá retrocessos e abrirá caminho para os direitos que ainda faltam!

A Direção Colegiada

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Rua 24 de Maio, 1201. Centro. Cep: 60.020-000 Fortaleza/CE - Fone: 85 3255.7300 Direção Colegiada - Coord. Geral: Francisco Flávio Inácio de Lima e Roberto Luque de Sousa
Coord. Jurídica: Francisco Adriano Duarte Fernandes, José de Assis e Sandra Lúcia da Silva Mota **Coordenação de Comunicação:**

Lucy Mary Gomes Matos e Petrônio Ferreira Soares Coord. de Formação Política: José Afonso Barbosa da Costa, Luiz Lula de Souza Filho **Coord. de Finanças:** Josemar Martins Lima, Raimundo Nonato Costa Júnior **Coord. Sociocultural:** Francisco José Alexandre Sousa, José Eugênio Tavares Barbosa **Coord. de Aposentados e Pensionistas:** Hervalino da Silva Moreira, Keila Margareth Candido Rolim, Pedro Jorge Guedes Barroso **Coord. Administrativa:** Lucy Mary Gomes Matos, Francisco Flávio Inácio de Lima, José Helio Alves de Araújo **Coordenação de Org. e Sindicalização:** José Artur Camurça Torres, José Zézito dos Santos, Marcelo da Costa Miranda **Coord. de Saúde do Trabalhador:** Carlos Eugênio Pereira Soares, Cícero Dias Lima, Daniel da Cruz de Oliveira **Coord. de Mulheres, Gênero, Raça, Diversidade e Juventude:** Barbara Osório Xavier Montezuma, Flávia Teixeira Sabóia, Maria Arlete Pereira Araújo **Coord. de Empresas Públicas:** Andréia de Sousa Quintela, Elizeu Lima Sousa, Francisca Gerina Gomes Braga. **Conselho Fiscal:** Abelardo Alencar de Lima, Antônia Lúcia Gomes dos Santos, Antônio Lima Santana da Costa Júnior, Benedito Batista de Holanda, José Augusto da Silva, José Rotiêlio e Silva, Liduina Ferreira dos Santos, Manoel Pereira de Queiroz Filho, Maria Ivonilde da Silva Sales. **Jornalista responsável:** Júnior Tavares e Letícia Alves **Diagramação:** Letícia Alves **Tiragem:** 6 mil exemplares **Impressão:** Expressão Gráfica

DNOCS

Luta pela reestruturação do DNOCS, concurso público e Emenda da VPNI se intensifica em Brasília



Nos últimos meses, o Sintsef-CE tem concentrado esforços na mobilização pela valorização dos servidores do DNOCS, que enfrentam décadas de abandono, esvaziamento institucional e ausência de concursos públicos. A atuação tem sido firme tanto no campo político quanto junto às instâncias do Executivo, especialmente em Brasília, onde, entre os dias 20 e 22 de maio, a diretora Keila Rolim integrou comitiva da base da Condsef que percorreu gabinetes de deputados em busca de apoio à emenda da VPNI — gratificação que impacta diretamente a remuneração de parte significativa da categoria.

Essa emenda (nº 36), proposta pelo deputado Carlos Veras (PT/PE), foi anexada ao PL 1466/2025 após intensa articulação, tendo alcançado 104 assinaturas em tempo recorde. Com a rejeição de todas as emendas na votação em plenário por acordo entre o governo e lideranças da Câmara, foi firmado compromisso político de criação de um Grupo de Trabalho no MGI para reavaliar as demandas das categorias excluídas do texto final — incluindo os servidores do DNOCS. Agora, a luta é pela elaboração de um Projeto de Lei específico que contemple a VPNI

dos servidores do DNOCS, pois essa é a única via concreta para corrigir a injustiça que persiste.

Durante a estada em Brasília, Keila Rolim (Sintsef-CE) e Katia Távora (Sindsep-PE) também dialogaram com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) sobre a urgência de destravar o processo de reestruturação do DNOCS e avançar na realização do concurso público. O órgão, com mais de um século de serviços prestados ao semiárido nordestino, possui acervo patrimonial estratégico e acumula responsabilidades em segurança hídrica, monitoramento de reservatórios e apoio à agricultura familiar. No entanto, enfrenta estagnação institucional e precarização severa de sua força de trabalho.

A ausência de investimentos, pessoal técnico e estrutura mínima para manutenção das atividades do DNOCS representa uma ameaça à segurança de comunidades inteiras, sobretudo diante do agravamento das crises climáticas. A luta por concurso público e reestruturação administrativa é, portanto, não apenas uma reivindicação trabalhista, mas uma exigência urgente para garantir políticas públicas estruturantes no Nordeste.

O Sintsef-CE segue, juntamente com a Condsef, pressionando parlamentares, o MGI e o MIDR, exigindo respostas concretas. A construção de um dossiê técnico-político já está em curso para subsidiar as discussões do Grupo de Trabalho e fortalecer a defesa da Emenda da VPNI. Também está sendo articulada a criação de uma Frente Parlamentar do Nordeste em defesa do DNOCS, com participação ativa de servidores e sindicatos em cada estado.

A mobilização não para. É fundamental que toda a categoria acompanhe e fortaleça esse processo. O DNOCS resiste — e precisa de todos nós para seguir cumprindo sua missão histórica.

INCRA

Servidores do Incra seguem mobilizados por reestruturação de carreira

A luta por valorização no INCRA ganhou fôlego neste primeiro semestre com avanços importantes conquistados pela mobilização da categoria e pela atuação coordenada das entidades sindicais. Em abril, o Encontro Nacional do setor, promovido pela Condsef/Fenadsef, aprovou por unanimidade a proposta de fusão das carreiras de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e Perito Federal Territorial. A medida, que visa corrigir distorções históricas, propõe a unificação das atribuições dos cargos e a equiparação das tabelas salariais entre os níveis superior, intermediário e auxiliar, garantindo proporcionalidade de 70% e 50%, respectivamente.

No Ceará, os desdobramentos do encontro foram discutidos em assembleia realizada pelo Sintsef-CE com os servidores do órgão. Na ocasião, foi anunciada a instalação da mesa setorial do INCRA, que terá reuniões bimestrais em Brasília com representantes da Condsef, do SindPFA e do próprio órgão. Essa mesa tratará das condições internas de trabalho, enquanto a reestruturação remuneratória e pautas políticas seguem sendo discutidas na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

No último dia 22 de maio, a proposta de reestruturação foi apresentada oficialmente à presidência do INCRA, em reunião com a Condsef/Fenadsef. O presidente do órgão, César Aldrighi, declarou apoio à iniciativa e se comprometeu a encaminhá-la à Diretoria Colegiada, além de abrir diálogo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e



com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Também foi discutida a necessidade de autorizar a posse de mais candidatos do cadastro de reserva do Concurso Nacional Unificado (CPNU), medida essencial para fortalecer o quadro de servidores do órgão. Além disso, a Condsef tem acompanhado também a situação dos servidores remanescentes do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que aguardam definição sobre a reestruturação de suas carreiras e direitos funcionais.

A Confederação deve enviar uma Exposição de Motivos ao MGI, acompanhada da minuta do projeto de lei que formaliza a fusão das carreiras. O Sintsef-CE segue acompanhando de perto as tratativas e reforça a importância de manter a base mobilizada em defesa dos direitos da categoria. A reestruturação do INCRA é mais que uma pauta salarial: é um passo fundamental para fortalecer a política de reforma agrária e o papel estratégico do órgão para o desenvolvimento do país.

FUNASA

Funasa retoma negociação nacional e luta pela reestruturação avança

Nos últimos meses, os servidores da Funasa vêm fortalecendo uma mobilização nacional em defesa da reestruturação do órgão, pela retomada de suas funções e pela valorização do seu corpo técnico. Após a reversão da extinção, garantida com intensa articulação sindical e política, a nova etapa da luta exige vigilância, diálogo e pressão sobre o governo federal.

No dia 6 de maio, a Condsef/Fenadsef realizou uma Reunião Nacional Extraordinária com representantes de diversos estados — incluindo o Ceará — para definir prioridades da categoria. No centro dos debates estiveram a instalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) da Funasa, a defesa da autonomia das superintendências estaduais, o retorno imediato dos servidores ainda afastados (como os do Mato Grosso), a revisão do regimento interno da Fundação, a regularização dos exames periódicos e o posicionamento institucional sobre temas como Gacen e a conversão de tempo especial em comum (PPP e LTCAT).

A instalação oficial da MNNP ocorreu em 13 de maio, em Brasília, marcando a retomada de um canal de diálogo direto com a direção da Funasa. No dia seguinte, o Sintsef-CE convocou assembleia estadual na sede da Suest-CE, em Fortaleza, com participação expressiva da base. Na ocasião, foi discutido o funcionamento da Mesa Nacional, as ações jurídicas em curso e a articulação com o MGI e o PL 1466/2025, que trata da reestruturação de carreiras do serviço público federal.

Durante a assembleia, Petrônio Soares foi eleito como representante do Ceará na Mesa Nacional de Negociação. A base também reafirmou a importância de manter a unidade e o engajamento da categoria nesse novo momento de lutas.

O Sintsef-CE seguirá acompanhando de perto o andamento das negociações, defendendo a valorização dos trabalhadores e a reconstrução da Funasa como órgão essencial para a saúde pública e o desenvolvimento das regiões mais vulneráveis do país.

FUNAI

Servidores denunciam descumprimento de acordo e cobram valorização da carreira indigenista



Reprodução/Sindesp-DF

Os servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) voltaram a se mobilizar em maio após meses de frustração com a falta de avanço nas pautas acordadas com o governo. Entre os dias 23 e 24, uma plenária nacional e uma reunião da base da Condsef reuniram representantes de todo o país, incluindo o Ceará, para avaliar o cenário e definir estratégias de luta. O que se constatou é que, até agora, os compromissos assumidos pelo governo seguem, em grande parte, sem execução prática.

No centro das críticas está o descumprimento do Termo de Acordo 02/2023, assinado após mobilizações da categoria no ano passado, e da Lei 14.871/2024, que instituiu a nova Carreira Indigenista. Essa legislação, sancionada em abril, foi uma vitória histórica dos trabalhadores, mas ainda precisa sair do papel.

Entre as pendências mais graves, os servidores destacam:

Regulamentação da GAPIN (Gratificação de Atividade de Políticas Indigenistas): A criação das bandas I, II e III, que definiriam valores diferenciados para servidores em áreas de difícil acesso ou risco, ainda não foi regulamentada. O MGI alega que está finalizando os cálculos, mas não há prazos definidos nem garantias de cumprimento.

Progressões e promoções travadas: As progressões referentes a 2018 seguem sem publicação, e há pendências desde a turma de 2010. Além disso, não foram aplicadas as regras de progressão previstas na nova carreira, que reconhecem o caráter técnico, territorial e de risco do trabalho indigenista.

Condutas básicas de gestão: Os servidores denunciam a ausência de respostas da Funai a diversos ofícios da Condsef, além da falta de interlocução com os trabalhadores e seus sindicatos. As reuniões têm sido meramente informativas, sem decisões concretas.

Condições de trabalho e saúde do trabalhador: Ainda não foram implementadas medidas como revezamento para jornadas em campo, compensações por plantões, estrutura adequada nos alojamentos e realização de laudos de insalubridade e periculosidade. O Plano de Segurança dos servidores que atuam em territórios indígenas também segue apenas no papel.

Carência de servidores e sobrecarga: Com o aumento das responsabilidades institucionais e das áreas a serem atendidas, a defasagem no quadro de pessoal tem levado à sobrecarga e ao adoecimento de trabalhadores em todo o Brasil.

Diante desse cenário, a Condsef notificou extrajudicialmente o MGI, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a própria Funai, exigindo a implementação imediata dos pontos pactuados no acordo e o respeito às leis já aprovadas. A Confederação também cobra a retomada urgente das Mesas Específicas para que haja um canal legítimo de negociação com os representantes da categoria.

O Sintsef-CE reforça o apoio à luta dos servidores da Funai e destaca que a valorização desses trabalhadores é fundamental para garantir uma política indigenista efetiva, baseada em direitos, respeito e proteção aos povos originários. A mobilização continua — e o cumprimento da nova carreira não pode mais ser adiado.

MINC

Servidores da Cultura decidem suspender greve e cobrar cronograma do governo

Os servidores do Ministério da Cultura (MinC) e de seus órgãos vinculados — Iphan, Ibram, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Cultural Palmares e Funarte — decidiram suspender a greve nacional iniciada em 29 de abril, após reunião do Comando Nacional de Greve no dia 2 de junho, realizada na sede da Condsef/Fenadsef. A paralisação, que havia se espalhado por 22 estados e o Distrito Federal, tinha como principal eixo a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Cultura (PCCult), pauta histórica da categoria.

A proposta do PCCult foi construída coletivamente pelos próprios servidores e entregue ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) em agosto de 2023. Mesmo com apoio da ministra Margareth Menezes, o governo postergou reuniões e não apresentou um cronograma claro. Com a greve, os servidores forçaram a abertura de negociações e agora aguardam a formalização de um termo de compromisso a ser assinado pela ministra do MinC, que deverá registrar o apoio institucional à pauta da carreira.

Durante a mobilização, os servidores promoveram uma

série de atividades em Brasília, como atos em frente ao MGI, reuniões com parlamentares e uma audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, que declarou apoio às reivindicações e prometeu acompanhar de perto as negociações. O movimento também denunciou o descaso histórico com a valorização da Cultura e a precarização das condições de trabalho no setor.

Uma nova reunião do comando de greve está prevista para avaliar os compromissos assumidos e discutir a convocação de um Encontro Nacional da Cultura. Além disso, será encaminhada uma resposta formal ao MGI com base nas deliberações das assembleias estaduais. A suspensão da greve não significa o fim da luta, e o corte de ponto será o primeiro item da pauta de negociações com o governo.

O Sintsef-CE segue firme ao lado dos trabalhadores da Cultura, cuja atuação é essencial para a memória, identidade e diversidade do povo brasileiro. A mobilização continua sendo a principal ferramenta para garantir conquistas reais.

MAIO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS

1º de Maio leva milhares às ruas de Fortaleza em defesa dos direitos da classe trabalhadora



O Dia da Trabalhadora e do Trabalhador, celebrado em 1º de maio, foi marcado por um grande ato unificado em Fortaleza, reunindo milhares de pessoas nas ruas do Centro até a Praia de Iracema. O Sintsef-CE esteve presente com força total, levando suas bandeiras, sua base e suas lutas para o coração da cidade, ao lado de diversas centrais sindicais, movimentos populares e entidades da sociedade civil.

A concentração começou às 14h na Praça Portugal, onde faixas com palavras de ordem, tambores e vozes se uniram por justiça social e respeito à classe trabalhadora. De lá, os manifestantes seguiram em marcha até o Aterrinho da Praia de Iracema. O percurso foi marcado por falas de dirigentes sindicais, palavras de ordem e distribuição de materiais informativos que chamavam atenção para as pautas centrais do ato: a revogação das reformas trabalhista e da previdência, o fim da escala 6x1, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, a taxa dos super-ricos e a valorização dos serviços públicos.

Na chegada à estátua da Iracema Guardiã, uma plenária simbólica foi realizada com falas políticas e intervenções artísticas, reafirmando que o 1º de Maio não é apenas uma



data comemorativa, mas um momento de reafirmação da luta histórica por direitos.

Além das pautas nacionais, o ato também destacou a importância da equiparação dos benefícios entre os Três Poderes, a revogação do confisco das aposentadorias, a regulamentação da Convenção 151 da OIT — que garante o direito à negociação coletiva no serviço público — e a valorização das carreiras dos servidores federais.

A presença massiva nas ruas foi uma resposta clara ao atual cenário político: um Congresso Nacional que insiste em desfigurar os direitos sociais e trabalhistas, ao mesmo tempo em que protege privilégios dos mais ricos e se recusa a aprovar propostas mínimas de justiça fiscal. Não por acaso, um dos gritos mais fortes do ato foi “sem anistia para os golpistas!”, em referência direta à impunidade dos responsáveis pelos ataques à democracia em 8 de janeiro de 2023.

O Sintsef-CE segue firme e em movimento, consciente de que apenas com mobilização, unidade e resistência é possível barrar os retrocessos e conquistar avanços reais. O 1º de Maio foi mais uma prova de que a classe trabalhadora está viva — e segue nas ruas.

Fotos: Letícia Alves / Sintsef-CE

Insalubridade é inegociável: Sintsef/CE reforça defesa dos empregados (as) da Ebserh



Ato realizado em Fortaleza-CE, no Complexo Hospitalar da UFC, no dia 3 de junho de 2025
(Foto: Júnior Tavares / Sintsef-CE)

Desde o início de maio, empregados e empregadas da Ebserh enfrentam um cenário de incerteza e indignação após a empresa anunciar, de forma unilateral, a intenção de alterar a base de cálculo do adicional de insalubridade. A mudança afetaria diretamente os empregados admitidos antes da Resolução nº 88/2019 — que sempre receberam o adicional com base em seu salário-base — impondo a nova regra de cálculo sobre o salário mínimo nacional, o que pode gerar perdas salariais superiores a 70%.

A medida foi formalizada pela empresa no Ofício-Circular nº 2/2025, divulgado no dia 7 de maio. O documento afirmava que a mudança seria aplicada por força de decisão do TCU, baseada no Acórdão nº 2345/2023, validado por decisão da Justiça Federal. A Ebserh deu prazo até 21 de maio para que as entidades sindicais se manifestassem, sob a ameaça de implementar a medida de forma unilateral.

A resposta da categoria veio de imediato. As entidades nacionais — entre elas a CONDSEF/FENADSEF — rejeitaram a proposta de compensação apresentada pela empresa e denunciaram o caráter autoritário da comunicação. Foram realizadas assembleias de base em todos os estados que rejeitaram por unanimidade a mudança na forma de cálculo da insalubridade. Nos dias 14 de maio e 3 de junho, foram realizados dois Dias Nacionais de Lutas, com paralisações, manifestações, atos e falas em todos os estados. Em Fortaleza, os atos tiveram ampla participação nas ilhas do Complexo Hospitalar da UFC, e contou com faixas, cartazes, falas públicas e apoio de entidades como a CUT Ceará.

“Reafirmamos de forma coletiva: insalubridade é direito histórico, garantido por lei e não será retirado por ato administrativo ou imposição judicial”, declarou a Direção Colegiada do Sintsef-CE durante a manifestação.

Parecer jurídico reforça ilegalidades

No mesmo dia 3 de junho, a CONDSEF/FENADSEF divulgou parecer jurídico que desmonta a justificativa da empresa. Segundo o documento:

- A mudança fere o direito adquirido dos empregados contratados antes de 2019;

- Viola a irredutibilidade salarial prevista na Constituição;
- Descumpre o artigo 468 da CLT ao propor alteração unilateral e lesiva do contrato;
- Extrapola a competência do TCU, que não tem poder para legislar sobre contratos celetistas;
- Baseia-se em decisão judicial que não tratou do mérito trabalhista, limitando-se a determinar o cumprimento do acórdão.

O parecer recomenda que qualquer mudança só possa ser feita por meio de acordo coletivo, deliberado em assembleia e com participação das entidades sindicais..

Mediação no TST: há espaço para negociação

Contrariando o próprio discurso de que “estaria apenas cumprindo ordens”, a Ebserh protocolou em 23 de maio um pedido de mediação pré-processual no Tribunal Superior do Trabalho (TST). O processo, registrado sob o número PMPP-1001262-45.2025.5.00.0000, demonstra que a própria empresa reconhece que a questão exige negociação coletiva e que ainda há margem para construir uma saída negociada.

A CONDSEF/FENADSEF defende que essa mediação deve garantir o direito adquirido dos atuais empregados e corrigir, com justiça, a desigualdade criada pela Resolução 88, que instituiu dois regimes distintos dentro da mesma empresa.

Duplo vínculo: vitória após anos de luta

Enquanto denuncia a tentativa de retirada de direitos, a mobilização sindical obteve também uma conquista importante em maio. Após pressão das entidades, a Ebserh reconheceu formalmente, por meio do Ofício-Circular nº 1/2024/DGP-EBSERH, o direito à manutenção de duplo vínculo funcional para técnicos das seguintes áreas:

- Radiologia
- Análises Clínicas
- Farmácia
- Histologia
- Necrópsia
- Óptica
- Citopatologia

A decisão assegura que esses profissionais — desde que já possuam dois vínculos — não precisarão optar por apenas um, bastando realizar a autodeclaração até o dia 25 de junho no Portal do Empregado. A conquista representa uma reparação histórica à pressão exercida desde 2022, quando a empresa passou a obrigar a escolha por apenas um vínculo, contrariando a Constituição.

Unidade e mobilização continuam

Para a CONDSEF/FENADSEF, a insalubridade é inegociável e qualquer debate sobre esse direito deve partir do respeito ao ACT e à vontade soberana da base, expressa em assembleia. O Sintsef-CE reafirma seu compromisso com a defesa intransigente da categoria, que já mostrou que sabe resistir e lutar por seus direitos.

Empregados da Conab aprovam ACT com vigência bianual e reajuste retroativo

Após 11 meses de negociação, os trabalhadores e trabalhadoras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024/2025 e 2025/2026. A proposta foi considerada possível diante das restrições impostas pela Resolução CGPAR 52, que limita a ampliação de direitos nas empresas públicas federais, e da conjuntura econômica que afeta a política salarial nas estatais. A aprovação do ACT marca o encerramento de um longo e intenso processo de mobilização da categoria em todo o país.

No Ceará, a assembleia foi convocada pelo Sintsef-CE no dia 28 de maio e realizada em formato híbrido, com 74 participantes — 50 presencialmente na sede da Superintendência da Conab em Fortaleza e 24 de forma remota. O resultado foi de 73 votos favoráveis e apenas um contrário, confirmando a tendência nacional de aceitação da proposta.

O acordo abrange o período de 1º de setembro de 2024 a 31 de agosto de 2026. Para o primeiro ano, está previsto um reajuste de 2,97% sobre salários e benefícios (exceto o PAT), correspondente a 80% do INPC acumulado. O vale-alimentação terá correção de 4,52%, passando a R\$ 1.043,08. No segundo ano, os salários e benefícios terão reajuste integral do INPC apurado entre setembro de 2024 e agosto de 2025, com projeção atual de cerca de 5,9%. Na prática, considerando a aplicação composta, os valores pagos pela empresa em setembro de 2025 acumularão cerca de 9% de reajuste total.

Além das cláusulas econômicas, o ACT preserva integralmente os direitos sociais conquistados nos acordos anteriores. Isso inclui a manutenção da folga de aniversário, mesmo em fins de

semana e feriados; possibilidade de início das férias em qualquer dia útil; flexibilização na compensação de jornada; ações de saúde como ginástica laboral, massagem e vacinação; ajustes no auxílio-funeral, agora válido para todos os dependentes legais; e ampliação do adicional de substituição, que passa a valer a partir do segundo dia de exercício.

Uma das alterações em relação à primeira proposta foi o retorno da cláusula de contribuição negocial à forma de oposição individual. A mudança atendeu à demanda dos próprios trabalhadores e entidades da base da Fenadsef e da Fisenge, reforçando o caráter democrático do processo e o respeito à pluralidade de representação sindical.

A aprovação nacional do ACT ocorreu com mais de 70% de votos favoráveis, embora uma parcela expressiva — pouco mais de 20% — tenha optado pela rejeição. A divergência revela a complexidade do cenário atual, marcado por arrocho fiscal, resistência institucional a avanços e crescente pressão sobre os serviços públicos. Ainda assim, a negociação liderada pelas entidades representativas garantiu conquistas importantes diante das limitações impostas.

O Sintsef-CE ressalta que essa aprovação não encerra a luta. Permanece na agenda da categoria a defesa da Conab como empresa pública estratégica para o país, o fortalecimento do seu papel social e o avanço em temas como reestruturação, plano de cargos e salários e valorização dos quadros técnicos. Também seguirá acompanhando de perto a homologação do ACT e a implementação de todas as cláusulas, cobrando o fiel cumprimento do que foi negociado.

jurídico

Informe | Aposentadoria

Servidores aposentados(as) podem revisar a regra do cálculo da aposentadoria. Entenda o que isso significa

Você se aposentou nos últimos cinco anos? Então vale a pena prestar atenção: pode ser possível alterar o fundamento legal do seu benefício e, em alguns casos, isso pode representar um valor maior na sua aposentadoria.

De acordo com orientação da assessoria jurídica do Sintsef-CE, representada pelo advogado Dr. Marcello Guerra, é possível pedir a substituição da regra de aposentadoria com paridade e integralidade pela regra da média das remunerações — desde que essa mudança seja mais vantajosa para o servidor.

Na prática, isso significa abrir mão da paridade com os servidores da ativa e dos reajustes futuros atrelados às reestruturações de carreira. Em contrapartida, o benefício pode ter um valor inicial maior, dependendo da trajetória remuneratória do servidor. O prazo para fazer essa solicitação é de até cinco anos após a concessão da aposentadoria.

O que muda ao trocar de regra?

Regra original (paridade e integralidade):

- Valor da aposentadoria igual ao último salário da ativa;
- Reajustes seguem os mesmos concedidos aos servidores ativos;
- Inclui ganhos futuros com reestruturações de carreira.

Regra pela média (sem paridade):

- Valor calculado com base na média dos salários (80% maiores);
- Reajustes seguem os índices do INSS (como o INPC);
- Não acompanha reestruturações futuras da carreira.

Ficou com dúvidas?

A assessoria jurídica do sindicato está disponível para orientar cada servidor(a) de forma individual, analisando o histórico funcional e os impactos de uma eventual alteração de regra.

Informe | Atendimento

Setor jurídico organiza atendimentos para melhor acolher filiados(as)

Com o objetivo de otimizar o fluxo de demandas e garantir mais eficiência no acompanhamento dos casos, o setor jurídico do Sintsef-CE reorganizou seus horários de atendimento a partir de maio de 2025.

As assistentes jurídicas Thaynar [(85) 98175-5495] e Liza Mara [(85) 99914-0627] passaram a atender prioritariamente no período da tarde, via WhatsApp.

Durante as manhãs, os atendimentos serão exclusivamente presenciais na sede do sindicato e destinados ao cumprimento de atividades internas do setor. A medida

busca proporcionar um atendimento mais ágil, personalizado e com maior celeridade para os(as) filiados(as) e assistidos(as).

É importante lembrar que o atendimento por WhatsApp é reservado para orientações jurídicas, esclarecimentos de dúvidas processuais e encaminhamentos relacionados às ações em curso, respeitando os limites das atribuições das assistentes jurídicas.

O Sintsef-CE reforça seu compromisso com a qualidade no atendimento e agradece a compreensão de todos(as).

e mais...

Memória e resistência marcam encontro de aposentados e pensionistas



No dia 8 de maio, o Sintsef-CE promoveu mais uma edição da tradicional Reunião de Aposentados e Pensionistas de Fortaleza. Com uma programação especial, o encontro uniu acolhimento, cinema e memória política.

A tarde começou com as boas-vindas aos filiados e seguiu com um emocionante bate-papo com o convidado José Machado Bezerra, 78 anos, ex-presos político e licenciado em Física pela UFC. Machado compartilhou relatos de suas prisões durante a ditadura militar, entre 1968 e 1974, emocionando os presentes com lembranças que servem de alerta: é preciso manter viva a memória para que nunca mais se repitam os tempos de repressão.

Em seguida, foi exibido o filme "Ainda Estou Aqui", que narra a trajetória de Eunice Paiva e sua busca por respostas sobre o desaparecimento do marido, Rubens Paiva, também vítima da ditadura. A obra dialogou com os relatos ouvidos, aprofundando o momento de reflexão.

O encontro se encerrou com um lanche coletivo, fortalecendo os vínculos entre os(as) aposentados(as) e reafirmando o compromisso do Sintsef-CE com a história, o cuidado e a luta de quem ajudou a construir o serviço público brasileiro.

A instabilidade contratual de pessoal na saúde indígena requer urgência da representação sindical

A assistência à saúde indígena passou por mudanças significativas desde 1994, quando a FUNASA assumiu parte das atribuições antes da FUNAI. Com a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e do Subsistema de Saúde Indígena, em 1999, a FUNASA passou a executar as ações de saúde, apoiada por convênios com prefeituras. Em 2010, no governo Lula, foi criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que ampliou a estrutura e o número de trabalhadores para cerca de 22 mil, sendo a maioria contratada via convênios com entidades filantrópicas ou empresas privadas. Apenas 2 mil eram servidores efetivos.

Esse modelo, baseado na terceirização, gerou vínculos precários e falta de garantias trabalhistas, mesmo para profissionais que realizam atividades típicas do Estado. A gravidade da situação levou o MPF e o MPT a ajuizarem Ação Civil Pública, que resultou na condenação do Ministério da Saúde. Em janeiro de 2025, teve início um novo modelo de gestão: a contratação dos trabalhadores da saúde indígena pela AgSUS, serviço social autônomo vinculado ao Ministério da Saúde, criado para apoiar políticas públicas na atenção primária.

Até abril, dez DSEIs já haviam firmado contrato com a AgSUS, com previsão de ampliação até dezembro. A mudança promete institucionalizar vínculos, mas levanta preocupações. Embora todos os trabalhadores sejam absorvidos, os contratos são temporários e exigirão novo processo seletivo em até dois anos. Persistem também os critérios de desligamento baseados em avaliações de desempenho, muitas vezes utilizados como instrumento de pressão e não de valorização.

O debate sobre representação sindical ganha força: por atuarem no SUS e agora sob vínculo formal com a AgSUS, cresce o entendimento de que esses profissionais devem ser representados pelas bases da CONDSEF. Sem estabilidade, valorização ou garantias, a transição pode aprofundar a fragilidade institucional da saúde indígena. É preciso manter vigilância, diálogo e mobilização para defender os trabalhadores e assegurar um atendimento digno aos povos originários.